

Modos de Habitar e Arquitectura¹

As Respostas Francesas

Jean-Michel Léger *

Resumo: Apesar de certas monstruosidades, a renovação da arquitectura em França, ao nível da habitação foi mais intensa nas décadas de 70 e 80 do século XX, o que deu origem a brilhantes realizações e permitiu a aproximação de arquitectos e sociólogos nos campos da concepção, inovação e uso. A evolução das formas de habitar é objecto de um debate permanente: as transformações demográficas e sociais têm implicações na estrutura e mobilidade do parque habitacional. Os modos de consumo e os gostos culturais cruzam-se com as variáveis da composição do grupo doméstico para fazer emergir uma procura da diversidade arquitectónica, inclusive no sector das moradias.

Palavras-chave: França; modos de habitar; arquitectura; experimentação; avaliação.

"S'occuper de l'homme,
et non du capitalisme ou du communisme;
du bonheur de l'homme,
et non du dividende des sociétés".

Le Corbusier, *La Ville radieuse*, 1935

O olhar das ciências humanas sobre o *habitat* centra-se preferencialmente sobre a política e a economia do alojamento, as mobilidades residenciais, a história dos costumes e das formas de habitar, esquecendo que os espaços são habitáveis ou inabitáveis através das mãos dos arquitectos que, com os encomendadores e as empresas partilham a responsabilidade do acto de construir. Os arquitectos trabalham a matéria-prima da habitação através de saberes e de "saberes-fazer" que constituem compromissos entre a arte e a técnica e segundo uma história ligada quer à teoria arquitectónica quer às artes plásticas e aos modos de vida (Pinson, 2000).

Este último objecto justificaria por si só que os sociólogos fossem convidados para o banquete, se não tivessem já sido convidados, pelo menos

em França, para a festa da experimentação, preferencialmente mais face a face com os arquitectos, do que ao seu lado. A sua missão de avaliadores das operações de realojamento "pós-ocupação" (Preiser et al., 1988) atribuiu-lhes um papel de censores pouco apreciado pelos arquitectos.

Mas porquê modernizar em arquitectura? Que modernização? A do *habitat*, a do habitante, a do corpo profissional de Ponts et Chaussées²?

O ajustamento entre as formas de habitar e a arquitectura continua a ser uma questão central. A arquitectura deve traduzir o uso, traduzi-lo apesar do risco de o traír (Raymond, 1996)? Deve antecipar as tendências, sob pena de produzir uma arquitectura de antecipação mais entendida pelos editores de arquitectura do que pelos utilizadores?

* Sociólogo, investigador do IPRAUS-CNRS (Institut parisien de recherche: architecture, urbanistique et société), Paris. Contacto: jean-michel.leger@paris-belleville.archi.fr

¹ Texto traduzido do francês por Isabel Guerra e Alexandra Castro.

² Famosa Escola de engenharia francesa que forma os altos funcionários do Estado, encarregados do ordenamento do território, dos transportes e da habitação (N. das T.).

A observação ao vivo pelos sociólogos, *voyeurs*, em nome de uma boa causa das formas de habitar em alojamentos experimentais tem pouco efeito de retorno sobre os arquitectos experimentadores que se mostram pouco preocupados com os efeitos das suas propostas sobre os usos (Eleb, 1997; Léger, 1990). Veja-se, por exemplo, que a observação, do tipo "Big Brother" na televisão, de um grupo de jovens enjaulados numa pequena casa, ocupa mais a atenção pública do que o impacto da avaliação de certas concepções arquitectónicas sobre as populações trabalhadoras. Os arquitectos desembaraçam-se das preocupações reenviando aos avaliadores os seus próprios problemas de objectivos e de definições, sob o pretexto da ilisibilidade, da dispersão e do desacordo sobre os resultados das pesquisas. Isto não significa que os arquitectos não procurem aprofundar, corrigir e aperfeiçoar o seu objecto de experimentação, mas que o trabalho de validação se efectua através da sua própria experiência, no esforço que fazem da sua aceitação pelo cliente e execução pelo dono da obra. Estamos muito longe da abordagem experimental herdada das Luzes, o que não seria mais do que um debate entre especialistas se não tivesse implicação na vida quotidiana dos habitantes.

Os Habitantes, Indivíduos Colectivos

O arquitecto face às formas de habitar

Colocando em evidência a oposição entre competência/execução, N. Chomsky (1965) preparava a sua formidável teoria do uso construída por P. Bourdieu em *Esquisse d'une théorie de la pratique* (1972). Ele inspirava ainda H. Raymond, para quem a noção de competência (linguística) convinha particularmente para ilustrar as formas de expressão do habitante, na medida em que é pela prática e pela palavra que o habitante enuncia a relação de sistema entre espaço e sociedade. A competência é, assim, um saber dizer, um saber ser e um saber-fazer. Mas a afirmação da competência é também para H. Raymond uma tomada de posição ética, quer dizer política, contra uma tecno-estrutura e contra os intelectuais que concebiam o habitante como alienado, incapaz e incompetente (Raymond, 1984).

Desde os anos 80, que o emprego da palavra "uso" se foi impondo progressivamente para designar as práticas. É uma forma de confundir

teoria e prática, competência e execução, o que impede de considerar os usos por aquilo que são: costumes sem conteúdo rural, hábitos sem conteúdo moral, em síntese, normas sociais, produtos da acção e das instituições. A disputa não é jesuítica no que diz respeito ao alojamento, porque os arquitectos e os sociólogos (e estes entre eles) ainda hoje debatem a natureza das transformações das formas de habitar. Pertence aos sociólogos, tradutores dos modos de habitar, mais reputados pela sua prudência do que pelo seu faro, efectuar uma escolha por entre os factos que vêm a lume. Tomando como referência o ano de 1945, que é a antecâmara de um período de modernização dos costumes, realmente evidentes a partir dos anos 50, a evolução das formas de habitar relevam de três conjuntos fundamentais: vida publica/vida privada, pais/filhos, homens/mulheres.

Vida pública/vida privada

A noção de "cocooning", tradução agradável de "recentragem na vida doméstica" utilizada pelos sociólogos, é um simples aumento do tempo passado em casa, face à diminuição do tempo de trabalho e ao crescimento das despesas com o equipamento doméstico, onde a televisão e os seus acessórios ocupam um espaço central.

A vida doméstica é uma fatia da vida privada, que suscita a gulodice dos sociólogos que fizeram dela um verdadeiro objecto sociológico. É mais interessante interrogar a clivagem entre público e privado pelo segundo termo do que pelo primeiro, apesar do risco de deslizamento do público/privado para o colectivo/individual. A convicção de que é "a partir da intimidade que os actores contribuem para a mudança social" (Juan, 1991: 16) é uma inversão que J. Remy e F. de Singly prosseguem através do casal até ao nível do indivíduo (Remy, 1995; de Singly, 2000). Os sociólogos não têm, no entanto, conseguido colocar a questão da evolução dos sentimentos e da identidade individual de forma antropológica e histórica.

De resto, os historiadores, sublinham que esses sentimentos são sempre mais fortes do que se acredita e que cada século conhece o seu (re)nascimento do sujeito (Ariès e Duby, 1987). Estão por outro lado bem estudadas as formas de sociabilidade segundo os tipos de urbanização e a diversidade dos grupos sociais. Contra a opinião reconhecida, Y. Grafmeyer (1995) observou que os quadros técnicos, fortes em laços fracos têm,

no entanto, com os seus vizinhos contactos muito numerosos e ricos. Este equilíbrio não se encontra nos operários, para os quais o alojamento é ainda hoje um espaço de intimidade familiar onde se recebe pouco os vizinhos e os amigos. O fechamento popular na casa individual, reforma forçada por um *habitat* colectivo não escolhido – diferentemente do que se passa com os quadros – inscreve-se numa tradição de sociabilidade que não impede as relações de vizinhança nos novos bairros de moradias.

Pais/filhos

No início dos anos 50, a relação de uma criança por quarto não constituía a norma universal que é hoje. Hoje, todas as famílias desejam reduzir as normas de ocupação dos quartos e separar o mais cedo possível rapazes e raparigas, mesmo que estes não o peçam – pelo menos os pais mostram, assim, as suas crenças relativamente à sexualidade infantil. Em seguida, surge o retardar da decoabitação juvenil, bem conhecida dos jornalistas e dos demógrafos que constataram, mais entusiasmados do que desapontados, que os seus filhos e filhas pediam o prolongamento no alojamento parental. De facto, desde 1975, parecia que a decoabitação dos jovens era, simultaneamente, mais precoce, e mais tardia do que anteriormente (Bonvalet e Merlin, 1988), seguindo um duplo percurso: para alguns de emancipação, para outros de manutenção no domicílio parental. Situação surpreendente numa sociedade que prega a autonomia das crianças desde a idade da razão, para depois as guardar em casa até aos vinte cinco anos e mais.

Qual é o impacte no alojamento de cem mil crianças partilhando verdadeiramente a sua vida entre duas casas, na sequência de um divórcio e, eventualmente, de uma recomposição familiar? A prática de alternância implica que estas crianças vivam uma semana ou um fim-de-semana na casa de um dos pais, que quer ter um quarto para as acolher. É, precisamente, através deste estatuto do quarto de criança que se entra no espaço das relações familiares, onde a noção de necessidade precisa de renovação. Contrariamente àquilo em que se acreditou, cada um dos dois membros de casal separado têm necessidade de um grande apartamento para alojar as crianças, mesmo que seja temporariamente.

Como é que a habitação social pode administrar a geometria variável das famílias recompostas e as necessidades flutuantes do alo-

jamento das crianças? No sector privado, a questão resolve-se pela capacidade financeira das famílias para pagar um quarto suplementar; nos bairros sociais, é a mesma coisa quando os gestores não respeitam minuciosamente os critérios de atribuição, o que favorece os arrendatários mais abastados. Apesar do impacte destas questões no parque habitacional, que tem claras incidências sobre os que os concebem, não é seguro que os arquitectos estejam a intervir na arbitragem dos conflitos conjugais.

Homens/mulheres

A espectacular progressão do trabalho feminino, em França, não deve fazer esquecer que o estatuto da mulher no lar apenas foi dominante entre os anos 20 e 60. A rapidez desta progressão em duas gerações, associada a outras conquistas no domínio da sexualidade, da procriação e, mais recentemente, da representação política, anda mais depressa do que as mentalidades: novos pais, novos donos de casa? A recomposição dos papéis masculinos e femininos pressupõe uma tradução no espaço?

Devemos reportar-nos ao *mundo privado dos operários*, descrito por O. Schwartz (1990) à evolução da história operária, em parte transponível para a situação de precarização de certas camadas médias. O. Schwartz constata que, durante um primeiro período histórico (até 1945), a forte vida colectiva do grupo acompanhou a fase proletária; num segundo momento (1945-1975), o reconhecimento da vida privada operária seguiu o melhoramento das condições de vida. Na lógica deste movimento, a reproletarização, deveria conduzir os operários a retornarem ao seu grupo. Schwartz nota, pelo contrário, o reforço do valor centralizador da família. Os índices dados por diversos autores para outras categorias sociais vão no mesmo sentido: o desenvolvimento do pólo privado parece irreversível, o que significa uma concentração cada vez maior no alojamento, mas também no carro, na casa de fim-de-semana ou na caravana. Por sua vez, na sequência da crise económica, o reforço da rigidez dos papéis sexuais nas famílias operárias poderia acentuar uma diferença entre os operários e as outras categorias, onde as tarefas são mais partilhadas. Como outros observadores, O. Schwartz confirma que a noção de dona de casa não está de maneira nenhuma fora de moda, pois o espaço do alojamento continua a ser pensado, governado, organizado, limpo pelas mulheres. Em França, as

mulheres asseguram 80% das tarefas domésticas: a redução do tempo de trabalho vai reconciliar o casal? Interrogados sobre a utilização do tempo livre, os homens evocam os seus lazeres, o tempo consagrado aos seus amigos, actividades de forte investimento pessoal, tais como a pequena manutenção e a jardinagem; as mulheres afirmam todas consagrar mais tempo à casa e à sua família. Como o desemprego, a redução do tempo de trabalho acentuaria as diferenças entre camadas sociais; os quadros técnicos partem com a família para grandes fins-de-semana, enquanto nos meios populares cada um conquista o seu lugar em casa: curioso regresso! Sabia-se que o trabalho, juntamente com a educação, tinham sido os principais motores da emancipação feminina; e pretendia-se crer que a fusão dos papéis masculinos e femininos era uma questão de tempo. Ora, bastou que a pressão do trabalho se alargasse para que os papéis se tornassem mais rígidos.

J.Remy retira da obra de E.Goffman uma reflexão sobre as dimensões primárias e secundárias que enriquecem o conceito de apropriação, procurando aprofundar essa relação paradoxal entre o indivíduo e o social. Os espaços de secundaridade "aqueles onde se podem afastar as exigências do papel e os efeitos do controlo social" (Remy, 1995: 254) tornam-se lugares secundários do alojamento principal e, com certeza, também nos de segunda residência e do duplo-centramento que ela permite. Mas na secundaridade está também uma relação alternativa ao espaço público da cidade, oposta ao espaço doméstico, com um modo de sociabilidade próprio, e com um outro sentido.

Os efeitos dos papéis sociais sobre os usos do alojamento tinham sido identificados pelos autores dos *Pavillonnaires* (Haumont e Raymond, 1966) a quem se deve as primeiras observações sobre a estruturação simbólica da habitação urbana (masculino/feminino, privado/público, traseiras/fachada, etc.).

A cozinha é hoje o lugar feminino tal como outrora? A boa vontade masculina parece não ser suficiente para modificar a sua identidade, mesmo que Ele e Ela organizem em conjunto o espaço da cozinha, é incontestavelmente Ela que ficará encarregada do forno mais tarde, o que justifica que ela faça seu esse espaço. Nos anos 80, o sucesso da cozinha "americana" aberta, imposta nos pequenos apartamentos, quando era mais conveniente nos maiores, deveu-se ao símbolo de modernidade que ela representava: "a mulher não está mais destinada à cozinha", diziam as

mulheres questionadas nos inquéritos, falando como os jornalistas e sociólogos. Mas há já bastante tempo, que a preferência dominante vai para uma grande cozinha para refeições, admitido por mestres de obra que a prescrevem aos arquitectos. É partir de símbolos fortes como a preparação das refeições e da comensalidade que a cozinha se torna o lugar da mulher e da mãe e, mais do que a sala, um lugar de troca mãe/filhos (o petiscar e os deveres) e, sobretudo, mãe/filha.

Das relações de "segredo e transparência" num casal e numa família (de Singly, 2000: 246-248), os arquitectos retêm de preferência as segundas: o alojamento é, sobretudo, uma metáfora da família moderna, aberta à comunicação interior e exterior, mas é de um tamanho mínimo. O arquitecto empenhar-se-á para lhe atribuir a máxima ilusão – na senda de Corbusier, que nas suas casas em série para os trabalhadores (1924), por exemplo, tinha já posto em evidência a vantagem da diagonal de 10 metros num quadrado de 7 metros de lado.

Claramente masculina, a procura de espaços de secundaridade (bricolage, escritório, jardinagem) participam sempre do mito da vivenda, que não tende a diluir-se mas bem pelo contrário, apesar dos candidatos à casa individual serem ainda muito pouco numerosos a acreditar nas severas prevenções de P. Bourdieu (2000). Os números mostram, sem ambiguidade, que em média, em França, os alojamentos em propriedade são duas vezes maiores que os apartamentos arrendados (114,8 m² para 63 m² em habitações colectivas), sem contar com o jardim e os seus anexos. Quem não quererá acreditar num tal mito?

A Inovação Arquitectónica, uma Ideia Francesa

Experiências, mais do que experimentações

Os sociólogos desconfiam dos arquitectos visionários, do seu direito ao olhar e da sua pretensão de conhecimento dos modos de vida. Graças a A. Kopp, o eco da "construção dos modos de vida" que propunham os construtivistas russos dos anos 1920 fez-se ouvir em França até 1968 acompanhado de "slogans" tais como "changer la vie, changer la ville" ou "architecture e revolução" (Kopp, 1967). Lembremo-nos, que depois de 1921, Trotsky iniciou uma acção cultural de grande envergadura para explicar ao

povo os objectivos da revolução. Belo pretexto para os arquitectos revolucionários mais inspirados que inventaram dispositivos arquitectónicos destinados à travessia do século, como se o arquitecto construtivista tivesse envelhecido menos do que o projecto político com qual se identificava.

As relações entre Le Corbusier e os construtivistas (Cohen, 1987) – por exemplo, as trocas entre os duplex invertidos, emprestados por Le Corbusier a Sobolev e a Ivanov, e os pilares e o telhado-terraço, retomados de Le Corbusier por Ginzburg – ou ainda as simpatias de F.L. Wright pela URSS mostram que a vontade de *Übermensch*³ passando aqui pelas vias do urbanismo e da arquitectura, era um ideal largamente partilhado. No fim de contas, os infelizes construtivistas contribuíram, sobretudo, para inspirar os seus colegas europeus, tendo Le Corbusier como seu mensageiro genial, que inspirará, por sua vez, muitas gerações de arquitectos determinados em dar ao povo o melhor da arquitectura habitacional. Com a "Unidade de Habitação" de Marselha (1945-1952) Le Corbusier foi, de facto, o primeiro arquitecto a comprometer a arquitectura da habitação com uma dupla experimentação técnica e social. Em França, no período anterior à guerra, os historiadores da arquitectura retêm



"Unidade de Habitação", Marselha (1945-1952), arqt.º Le Corbusier. Foto de Jacques Reboud.

sobretudo, a cidade de Pessac, perto de Bordéus, edificada por Le Corbusier entre 1924 e 1927, bem como as experimentações de Beaudouin e Lods na cidade de la Muette, em Drancy (1931-1934) (Benevolo, 1980: 65; Monnier, 1997: 221).

Por outro lado, para além da moda do betão armado, da invenção de dutos de ventilação e depois a ventilação mecânica controlada, que permitiu aumentar a espessura dos imóveis colocando as casas de banho no centro do alojamento, nenhuma inovação técnica teve uma incidência decisiva sobre as tipologia do alojamento. Em Marselha, Le Corbusier concebe uma obra-prima totalizadora que faltará às réplicas de Rezé, Berlin, Briey-en-Forêt e Firminy, em parte desprovidas dos equipamentos e do lirismo plástico do original. A crítica não deixou passar o paradoxo deste processo experimental invertido, onde as realizações se vão empobrecendo (Panerai et al., 1978). Le Corbusier não foi o primeiro, desde o estudo das casas Domino (1914), o desenho do edifício-vila (1922) e as tentativas de industrialização da frente de obras de Pessac, a ter tentado uma reflexão teórica (e ideológica segundo alguns) e uma prática profissional – certamente limitada. Depois da sua morte (1965), a missa ainda ia a metade mas havia pensamento escrito, o que explica, talvez, porque é que os arquitectos franceses foram menos teóricos do que os seus confrades italianos ou britânicos. Isso não impediu que na sua sequência, os arquitectos "brutalistas"⁴ franceses tenham fundado uma autêntica cultura francesa da arquitectura habitacional comprometida com o progresso e a mudança social mas não cúmplice das grandes urbanizações.

É contra estas últimas que, em 1971, tecnocratas iluminados criavam o *Plan Construction*⁵, instituição que, apesar da sua denominação soviética, não visava accionar novos condensadores sociais, mas, entre outras actividades, incitava os arquitectos – que não esperavam senão isso – a "favorecer", "fazer emergir", "acompanhar" os novos modos de habitar, um pouco à semelhança da forma como as embalagens de pratos pré-preparados ilustram as

³ Em alemão no original, significa "sobre-humano".

⁴ A expressão arquitectura "brutalista", aparece no início dos anos 50 na Suécia e em Inglaterra para designar uma arquitectura de forma pura. Em França, ela é retomada com Le Corbusier na sua forma de utilizar o betão bruto. No entanto, diz o arquitecto P. Riboulet, "o termo de 'brutalismo', eu considerá-lo-ia mais do ponto de vista político e social do que do ponto de vista formal: é verdade que teríamos sido voluntariamente 'brutalistas' contra esta ordem social que rejeitávamos com, em imagem formal, a Escola de Belas Artes". (in Ch. Devillers, 1986a: 122).

⁵ O *Plan Construction*, é um organismo oficial de estudo e experimentação no campo da habitação.

"sugestões de apresentação". Foi desta forma que o habitante foi sucessivamente acomodado ao molho não-ortogonal (planos curvos, em octógono, em triângulo), ao molho aromático ("casas de cinco sentidos"), ao molho do *loft*, etc. Quer dizer, a mesa generosamente aberta do Plan Construction apoiou, num momento das suas carreiras personagens tão diferentes como H. Ciriani, L. e S. Goldstein, Y. Lion, J. Nouvel, Ch. de Portzamparc ou J. Renaudie. A diversidade de pistas exploradas deixa, no entanto, duas lacunas: o abandono do "*habitat intermédio*", tipologia inventada a meio dos anos sessenta mas desenvolvida depois com um sucesso público não desmentido; o encurtamento dos alojamentos maiores nas experiências sucessivas de J. Nouvel. O *habitat intermédio* poderia ter sido a terceira via entre o colectivo e o individual, numa França que não conhecia, ou conhece pouco, as casas em banda, frequentes no Norte e no Sul da Europa. Os franceses preferiram o tipo autêntico de moradia sobre uma parcela de terreno que o sistema bancário e a indústria de construção se uniram para satisfazer. Quanto aos alojamentos mais amplos que J. Nouvel não queria ver alugados mais caros, já que o seu preço de construção não ultrapassava o das habitações sociais mais vulgares, o infortúnio relativo de duas destas operações (em Nîmes e em Bezons) deve-se tanto ao montante das rendas e às carências de manutenção quanto à sua concepção arquitectónica. Em particular, o insucesso do projecto mais radical, o de Nîmes (*Nemausus I*) é igualmente imputável, ao construtor que curto-circuitou as agências de habitação social e ao gestor que não estava preparado para manter um navio destas características.



Habitações Sociais, Ivry-sur-Seine (1972), Arqt.º Jean Renaudie. Foto de Jacques Reboud.

As inovações técnicas e arquitectónicas accionadas no *Nemausus I* não justificariam que este, como a "Unidade de Habitação" de Marselha, fosse protegido como monumento

histórico, se este tipo de medida é uma condição necessária à salvaguarda do testemunho mais importante da arquitectura do alojamento dos anos 80, feito por um dos arquitectos franceses do momento? A menos que se queira fazer passar as responsabilidades para os habitantes, vendendo o *Nemausus* em co-propriedade como foi feito, também com sucesso, pela Unidade de Habitação de Marselha, visto que o melhor forma de conservação do património colectivo é ainda o de o converter em património individual.



Nemausus, Nîmes (1985), Arqt.º Jean Nouvel e Emmanuel Cattani. Foto de Jean-Michel Léger.

A primeira inovação do *Plan Construction* é seguramente o da sua própria criação. Isto não impede que nos interroguemos sobre o sentido e os objectivos da inovação em arquitectura habitacional, hoje necessariamente diferentes dos de há trinta anos, quando ao betão das últimas grandes urbanizações, ainda fresco, era fácil opor rotina e inovação, quantidade e qualidade. Não esqueçamos que a Reconstrução e as primeiras grandes urbanizações foram construídas como procedimentos experimentais decisivos.

Enfim, desde 1960, que P.-H. Chombart de Lauwe tinha considerado que, com a "experimentação empírica (...) os laboratórios improvisados que são as cidades novas" (Chombart de Lauwe, 1960: 12), era possível a observação da mistura social que era experimental quer os arquitectos tivessem, ou não, uma intenção real nesse sentido. Esta forma de construir o objecto experimental confronta este com a política oficial, que não é condição necessária nem suficiente da experimentação e que aliás não pretende representar. É preciso adaptar à arquitectura a noção de experimentação que não é senão uma metáfora do trabalho de laboratório e da relação de ida e volta entre teoria e prática, entre conceptualização e experiência *in situ*. Num grande número de situações, a inovação e a experimentação aparecem, assim, como uma interpretação pelos

observadores, de práticas que os arquitectos integram no seu trabalho. Dois exemplos podem ilustrar as ambiguidades da atitude experimental.

Em 1988-1992, Y. Lion experimenta em Villejuif o que até então tinha sido uma pesquisa para o *Plan Construction* e desenhos em forma de manifesto: uma "fachada activa" de quartos-casa-de-banho (suprimindo a habitual casa de banho independente) e cozinhas onde o arquitecto queria industrializar a fabricação e montagem (Gili, 1997: 46-51). Pouco depois, em Marne-la-Vallée (1989-1993), apresenta um compromisso com a fachada activa inicialmente proposta, mas recusada pelo encomendador. A tipologia de alojamentos que resulta é menos inventiva, mais conforme às convenções sem, no entanto, ser convencional. As críticas e os editores preferiram as células de Villejuif, os habitantes, os de Marne-la-Vallée, mas a passagem por Villejuif não terá sido indispensável para chegar à segunda forma?



Habitacões Sociais de Villejuif (1991), Arqt.º Yves Lion. Foto de Jean-Michel Léger.

Um outro exemplo, é-nos dado pelo edifício-vila construído por B. Paurd em *Vitry-sur-Seine* (1991-1993). Pequenos jardins suspensos em transição entre a circulação aberta e os seus apartamentos, triplex de dupla orientação, utilização de um material ligeiro na separação entre os alojamentos, assinalaram estes edifícios como "um acontecimento na produção francesa de alojamentos". Realizado sem apoio do *Plan Construction*, que estancou a sua política experimental, também nunca foi objecto de uma avaliação socio-arquitectónica. O arquitecto que, como os seus confrades, não volta de boa-vontade ao lugar das suas obras, ignora o dever dos múltiplos dispositivos que organizou e, portanto, a pertinência da sua recondução, da sua correcção ou do seu abandono. Por seu lado, o encomendador foi o único a suportar os custos destes

dispositivos na economia do alojamento: queria-se o "feito por medida" com o preço do "pronto-a-vestir". O selo oficial não dá necessariamente lugar a uma ajuda financeira directa: torna, no entanto, menos visível a situação experimental, partilha entre os diferentes actores a responsabilidade do fracasso ou do sucesso e enquadra as condições de reprodutividade dos dispositivos.



Habitacões Sociais, Vitry-sur-Seine (1993), Arqt.º Bernard Paurd. Foto de Jean-Michel Léger.

Criticar ou Avaliar, a Cada um a sua Tarefa

Quer seja assegurado, ou não, por agentes do estado, o teatro da experimentação não se reduz a um confronto entre produtores e avaliadores, na medida em que cada um se interroga sobre o estatuto das noções induzidas pela modernidade (criação, inovação, *avant-garde*), no interior da disciplina arquitectónica e face ao público, os arrendatários outrora cativos deram lugar a clientes que expressam as suas preferências. A descodificação da caixa negra da concepção fez um desvio para o lado das ciências e das técnicas, afastando-se dos caminhos da criação artística de que tinha sido tributária durante muito tempo – tendo a criação artística, no entanto, o mesmo tipo de interrogações.

Todos os investigadores (M. Callon, M. Conan, B. Haumont, R. Hoddé, R. Prost, Fr.

Rathier, etc.; ver Shapiro, 1999) estão de acordo sobre o carácter colectivo, interactivo, negociado, contraditório da concepção arquitectónica, e sobre as falsas oposições entre criação e execução, entre texto e contexto, entre o microcosmos da encomenda e a macroeconomia do campo de acção. A questão sobre quem-faz-o-quê continua um tabu, que certos padrões fazem cair tornando colegial o seu nome (ex.: Renzo Piano Building Workshop, Atelier Ricardo Bofill, Ateliers Lion), enquanto outros sempre colocaram em primeiro lugar o nome colectivo (AUA, Atelier de Montrouge, AREA, Architecture Studio, Avant-Travaux, etc.). Poderemos acreditar que as pastas de desenhos dos arquitectos estão cheias de arquitectura de papel esperando apenas por um encomendador para passarem ao acto; de facto, o que gostaríamos de chamar criatividade ou invenção, sem ter necessidade de uma definição formal, é um órgão que não está activo nem é solicitado. Os concursos têm esse papel se os candidatos conhecerem as expectativas do júri: fachada fantasista mas alojamentos conservadores se isso for a moda do momento, mesmo nos concursos European, onde a inovação tipológica já não é conveniente⁶. A equação "inovação = qualidade", sem dúvida verdadeira quando era pedido aos arquitectos que abrissem novas vias para o alojamento, deixou de ser quando essas vias se tornaram avenidas de promessas eleitorais e a arquitectura se enriqueceu de novas correntes: prolífero, urbano, historicista, monumental, etc. Alguns arquitectos identificados como inovadores recusaram esse título e reivindicaram, o título da revista *AMC (Architecture, mouvement, continuité)*, declarando trabalhar segundo um movimento próprio à profissão de arquitecto e à definição de obra de arquitectura, e em nome da continuidade dos seus próprios temas arquitectónicos (ex: fachada activa, as diferenças de níveis, as tipologias complexas, o alojamento espaçoso), e das convenções sociais e arquitectónicas herdadas das culturas do habitar, e da cultura arquitectónica.

Em França, a crítica arquitectónica era mais comprometida, precisamente, quando os arquitectos intelectuais estavam menos comprometidos na construção: criticar ou construir, parece que é preciso escolher. Como em Itália, ainda hoje, a actividade de ensino e de publicação, formando um meio à parte, pode animar um debate que se aventura muito pouco para os lados da crítica das

obras feitas. Por exemplo, em 1986, na revista *AMC*, o crítico Ch. Devillers enunciava os limites da sua posição e reconhecia que não poderia adoptar uma posição crítica do ponto de vista do uso, pois só poderia falar "do ponto de vista parcial e particular que é a forma como o projecto representa e integra a questão do uso" (Devillers, 1986a: 104-105). Ele admitia, aliás, que se imaginasse que esses alojamentos eram bem apropriados, não tinha "qualquer prova e (podia também supor o contrário)" (Devillers, *ibid.*).

A crítica não está certamente ausente do debate do jornal *Le Monde*, nem da tribuna da crítica arquitectónica radiofónica animada por F. Chaslin, nem ainda de certos comentários das revistas de arquitectura, tais como *Le Visiteur*, quando, como o seu nome indica, leva, sem complacência, os leitores nas visitas guiadas. No entanto, onde existe a crítica arquitectónica, ela não é mais do que a expressão da subjectividade do crítico, espiritual ou cáustico – é em geral o que se espera dele – não representando senão um ponto de vista, validado somente pela legitimidade que adquire no meio onde se exprime.

Em comparação, a avaliação sociológica das formas de uso, é científica?

Pelo menos tende a uma objectivação da recepção das obras arquitectónicas através da observação das práticas, da recolha da palavra dos habitantes e do levantamento dos espaços habitados. A cientificidade das ciências sociais é um debate que agita os sociólogos, não os arquitectos, que reenviam os primeiros para as suas divergências internas ao nível das abordagens e à ilisibilidade dos resultados. A pesquisa interroga a obra arquitectónica nas suas formas de uso pelos habitantes, daí que as situações residenciais sejam uma noção próxima das "situações construídas" (Marot, 1995 :5), quer dizer da situação de relação do construído com a encomenda, os contextos, as estratégias dos donos da obra, tudo o que é objecto de crítica no *Visiteur*. Geralmente acusa-se a crítica arquitectónica de ser porta-voz dos arquitectos: os sociólogos não são porta-vozes dos habitantes?

Já há muito tempo que P. Bourdieu desmascarou a neutralidade científica (Bourdieu *et al.*, 1968). A mudança do seu olhar na *Misère du monde*, onde os testemunhos orais são transmitidos em bruto, introduz a compreensão como meio de explicação: a forma através da qual o sociólogo toma partido pelos habitantes é antes de mais

⁶ Os PAN (Programmes Architecture Nouvelle), criados na origem pelo Plan Construction, tornaram-se europeus (European) em 1988. Abertos a jovens arquitectos estão destinados a fazer emergir ideias espaciais novas sobre temas e sítios definidos (Eleb, 1990a, 1990b).

uma forma de conhecer as condições sociais em que esse discurso é produzido (Bourdieu, 1993: 903-912; Kaufmann, 1996). P. Bourdieu cujo investimento não é apenas científico, vai para além da posição historicamente assumida pela maioria dos sociólogos da vida quotidiana, *compagnons de route* da classe operária – quando, segundo a expressão de R. Cornu, esta "já não é o que nunca foi" (Cornu, 1995: 345).

P. Bourdieu não avalia: toda a avaliação vinda de cima só poderia trair a palavra dos que estão em baixo. Nas avaliações socio-arquitectónicas realizadas para o *Plan Construction* a palavra popular sai um pouco esmagada em nome da perspectiva política e da eficácia, da mesma forma que em fotografia se diz que a vista de longe por meio de uma lente de grande distância altera as perspectivas. O risco de se ver de demasiado longe é o mesmo da pretensão de ver ao longe. A relação com o terreno e a teoria é colocada quase nos mesmos termos pela avaliação sociológica e pela crítica arquitectónica quando chamados a falar das obras de arquitectura. Uma e outra adoptam o ponto de vista do objecto de que falam, referindo-se a uma concepção teórica de arquitectura o que é simétrico à posição teórica do sociólogo. Nada impediria, portanto, arquitectos e sociólogos de trabalharem em interdisciplinariedade sobre os mesmos objectos se este encontro não se revelasse como excepcional, já que a crítica e a avaliação, têm lógicas próprias quase nunca coincidentes nas circunstâncias científicas e editoriais.

Uso versus Arquitectura: o Espaço das Possibilidades

O balanço da experimentação oficial e "improvisada", para retomar as palavras de P.-H. Chombart de Lauwe, é uma operação de contabilidade pouco segura, na qual os benefícios e os custos não se adicionam. A plasticidade do par espaço-uso não deve ser confundido com a flexibilidade do alojamento aquando das experiências arquitectónicas mais ou menos felizes. Sem a flexibilidade do tipo arquitectónico, enquanto estrutura de correspondência entre espaço e uso, não haveria nem variações tipológicas nem mesmo de arquitectura, pois cada tipo (no alojamento colectivo: imóvel burguês, imóvel por inquilinos, HBM⁷; barra, torre, etc) deveria

ser simplesmente reproduzido. B. Huet (1990) chamou "tipo colectivo contemporâneo" à distribuição do alojamento que todos conhecemos: corredor central, separação dia/noite, casa de banho ao fundo do corredor entre dois quartos. Por seu lado, Ch. Moley denunciou que a famosa separação dia /noite era mais uma norma inconsciente, um *habitus* produzido pelos donos da obra, os engenheiros e os arquitectos do que uma prescrição regulamentar (Moley, 1998). O uso acabou por consagrar o tipo colectivo contemporâneo, com um ajustamento muito próximo entre a oferta dos profissionais e a procura dos habitantes. Este tipo não corresponde senão a um gosto médio, a uma maioria estatística que pode ser um utensílio das políticas e dos decisores mas que não deveria ser o dos conceptores.

As investigações mostram que o quadro de correspondências entre tipologias e práticas contém um número ilimitado de soluções, admitindo que seja desatado o nó que estrangula o alojamento social: a concepção de um alojamento de três divisões de cinquenta metros quadrados releva mais do jogo de *puzzle* do que da arquitectura.

Vejam os a distribuição do alojamento colectivo: as práticas são suficientemente diversificadas segundo a pertença social, os estilos de vida e, sobretudo, a composição do grupo doméstico para que diferentes tipos de distribuição sejam possíveis: uma sala de estar "atravessante" e comandando os quartos (que foi realizada por J. Dubuisson, R. Bofill, ou R. Piano em certos projectos⁸ ou pelo contrário: um largo corredor de circulação com, eventualmente, inversão da partição entre dia e noite posicionando os quartos perto da entrada e a sala no fim do corredor (ex: a reabilitação dos imóveis no Arsenal, avenida Morland em Paris por Y. Lion; as propostas de certos arquitectos suíços, como Diener & Diener ou R. Senn).

Nenhum dispositivo arquitectónico é universal ou se pode prescrever em absoluto; cada um age em interacção com os outros e à luz das variáveis discriminantes que são o estatuto de ocupação, a localização e o custo. Sabe-se o que faz a pobreza da arquitectura da habitação (Léger, 1996): uma geometria simplificada face ao modelo da caserna, uma fachada plana, uma entrada estreita, janelas reduzidas ao mínimo, em síntese tudo o que pode significar, no seu verdadeiro sentido a *Existenzminimum*⁹.

⁷ "Habitation à bon marché": habitações sociais dos anos 20 - 40.

⁸ "Estes planos são admiráveis na medida em que ficam sempre marginais, mas perduram atravessando o tempo sem ser afectados pela passagem progressiva de um esquema dominante a outro, nem pela sucessão de políticas e regulamentos face ao alojamento" (Moley, 1998: 280).

Os materiais são objecto de uma verdadeira moral: são recusados os materiais brutos, não trabalhados (como o seu nome indica), não acabados, os materiais da indústria que evocam a fábrica e o mundo do trabalho mais do que o da habitação, as cores vivas que "se fazem notar" enquanto que o pudor é defendido. Ora a modernidade, é também a desqualificação dos imóveis e o seu corolário, a má qualidade da segunda escolha.

Os habitantes não pedem ornamentações, mesmo se as fachadas dos imóveis burgueses do século passado são invejadas pela riqueza que são supostas transmitir. Não exigem também os reconhecidos signos da média burguesia – tipologia do imóvel tradicional, com a fachada revestida a pedra, telhado em zinco parisiense, como se encontra aliás na maioria dos programas de promoção privada na região parisiense. O trabalho do promotor e do arquitecto deve exprimir as intenções, quer dizer a atenção aos habitantes, a pobreza da arquitectura do imóvel está relacionada com a dos seus habitantes. Mas é, sobretudo, o uso concreto que coloca a modernidade contra a parede. O conforto na sua dimensão ergonómica e funcional, a luz, o prolongamento exterior (*loggia* ou terraço) não são suficientes em si (ver em que se tornaram algumas das grandes urbanizações que até os tinham) mas são, sem dúvida, dimensões fundamentais do habitar moderno.

Conclusão

A combinação das formas de habitar constitui uma matriz ilimitada, razão pela qual as respostas arquitectónicas possíveis são também

em número infinito. Umas e outras não têm correspondência directa, senão a dona de casa de menos de cinquenta anos educando sozinha os seus dois filhos homens e preferindo tomar as suas refeições na sala, exigiria um alojamento diferente da sua nora casada e mãe de dois filhos habituados a jantar na cozinha. A plasticidade das práticas reencontra a dos espaços, apesar do pouco respeito por um pequeno número de interditos, suficientemente bem identificados através do conhecimento dos usos, para que o diálogo entre concepção e recepção aconteça.

Em vez de fechar a concepção do alojamento, os saberes sociológicos podem ser elementos da sua renovação. Tal, seria certamente preferível fazer apelo aos criadores mais comprometidos numa relação de serviço, dimensão da profissão de arquitecto seguramente a promover. O relançamento da pesquisa tipológica no alojamento poderia ser estruturada em termos bem definidos (ex.: *habitat* intermédio, a superfícies alargadas, os prolongamentos do alojamento, as partes comuns, os materiais de segunda escolha, etc.). O objecto de consumo e bem cultural que o alojamento também é, inclui este nos ajuizamentos sobre o gosto quer ao seu interior quer à sua arquitectura. A crítica deplora que a consideração pela procura nivele, por baixo, a arquitectura de promoção privada e, por contágio, a do alojamento social.

Pode-se, assim, observar que certos promotores privados fazem apelo aos melhores arquitectos que trabalhavam exclusivamente para o sector social público. A partir do momento em que este constrói cada vez menos, não é impossível que, progressivamente, a qualidade arquitectónica conquiste por fim o mercado privado.

⁹ Um mínimo vital (N. das T.)

Referências Bibliográficas

- ARIES, Ph.; DUBY, G. (eds.), 1987, *Histoire de la vie privée*, Paris, Seuil.
- BENEVOLO, L. (1980), *Histoire de l'architecture moderne*, 1960, t. 3, *Les conflits et l'après-guerre*, Paris, Dunod.
- BONVALET, C., MERLIN, P. (1988), *Transformation de la famille et habitat*, Travaux et documents n.º 120, Ined-Dreif-Idef.
- BOURDIEU, P. (1972), *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Genève, Droz.
- BOURDIEU, P. (2000), *Les Structures sociales de l'économie*, Paris, Seuil.
- BOURDIEU, P. ; CHAMBOREDON J.-Cl.; PASSERON, J.-Cl. (1968), *Le métier de sociologue*, Paris, Mouton,
- BOURDIEU, P., (ed.) (1997), *La Misère du monde*, Paris, Seuil.
- CHOMBART de LAUWE, P.-H. et al. (1960), *Famille et habitation*, t. 2, *Un essai d'observation expérimentale*, Paris, CNRS.
- CHOMSKY, N. (1965), *Current Issues in Linguistic Theory*, The Hague, Mouton.
- COHEN, J.-L. (1987), "Constructivisme", in LUCAN, J. (ed.), *Le Corbusier, une encyclopédie*, Paris, Ed. du Centre Georges Pompidou/CCI: 101-103.
- CORNU, R. (1995), "Nostalgie du sociologue: la classe ouvrière n'est plus ce qu'elle n'a jamais été", in DENIOT, J., DUTHEIL, C. (ed.), *Métamorphoses ouvrières*, t. II, Paris, L'Harmattan: 345-353.
- DEVILLERS, Ch. (1986a), "Les Derniers puritains", *AMC*, n.º 11, avril: 122.
- DEVILLERS, Ch. (1986b), "Le Sublime et le quotidien", *AMC*, n.º 14, décembre: 104-105.
- ELEB, M.; CHATELET, A.-M.; MANDOUL Th (1990a), *Penser l'habité. Le logement en questions*, Liège, Mardaga.
- ELEB M. et al. (1990b), *L'Habitation en projet. De la France à l'Europe*, Liège, Mardaga.
- ELEB, M.; CHATELET, A.-M. (1997), *Urbanité, sociabilité et intimité. Des logements aujourd'hui*, Paris, Ed. de l'Epure.
- GILI, G. G. (1997), *Models apartments. Experimental domestic cells*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
- GRAFMEYER, Y. (1995), "Sociabilités urbaines", in ASCHER, F. (ed), *Le logement en questions. L'habitat dans les années quatre-vingt-dix: continuité et ruptures*, La Tour d'Aigues, Ed. de l'Aube: 189-212.
- HAUMONT, A.; HAUMONT, N.; RAYMOND, H.; RAYMOND, M.-G. (1966), t. I, *La politique pavillonnaire*, t. II, *Les Pavillonnaires*; t. III, *L'Habitat pavillonnaire*, Paris, CRU (As très obras reeditadas pela L'Harmattan em 2001).
- HUET, B.; LAMBERT, M.; TOUSSAINT, J.-Y. (1990), *Le logement collectif contemporain*, Paris, Plan construction et architecture.
- JUAN, S. (1991), *Sociologie des genres de vie*, Paris, PUF.
- KAUFMANN, J.-Cl. (1996), *L'Entretien compréhensif*, Paris, Nathan.
- KOPP, A. (1967), *Ville et révolution*, Paris, Anthropos.
- LEGER, J.-M. (1990), *Derniers domiciles connus. Enquête sur les nouveaux logements 1970-1990*, Paris, Créaphis.
- LEGER, J.-M. (1996), "L'architecture de l'habitation peut-elle être moderne?", *Cadernos do Noroeste*, Universidade do Minho, vol. 9 (1) "Habitar; modos e modelos. Arquitectura e Habitação Social" (coord. C. Leite): 93-100.
- MAROT, S. (1995), "Editorial", *Le Visiteur*, 1: 3-6.
- MOLEY, Ch. (1998), *L'Architecture du logement*, Paris, Anthropos.

MONNIER, G. (1997), *L'Architecture moderne en France*, t. 1, LOUPIAC, Cl.; MENGIN, Ch., 1889-1940, Paris, Picard.

PANERAI, Ph., CASTEX, J., DEPAULE, J.-Ch. (1978), *Formes urbaines. De l'îlot à la barre*, Paris, Dunod (nova edição): Marselha, Parenthèses, 1997).

PINSON, D. (2000), *Arquitectura e Modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget.

PREISER, W.F.E.; RABINOVITZ, H.Z.; WHITE, E.T. (1988), *Post-Occupancy Evaluation*, New York, Van Nostrand Reinhold.

RAYMOND, H. (1996), "L'usage du logement. Traduire ou trahir", *Les Cahiers de la recherche architecturale*, n.º 37, "Situations": 19-24.

RAYMOND, H. (1984), *L'Architecture, les aventures spatiales de la Raison*, Paris, CCI-Centre Georges Pompidou.

REMY, J. (1995), "Multiplicité des lieux et sociabilité englobante", *Les Cahiers de sociologie de la famille*, n.º 1: 253-264.

SCHWARTZ, O. (1990), *Le monde privé des ouvriers. Hommes et femmes du Nord*, Paris, PUF.

SHAPIRO R. (ed.) (1999), *Les Cahiers de la recherche architecturale et urbaine*, "Métiers", n.º 2/3, novembre.

SINGLY, F. de (2000), *Libres ensemble. L'individualisme dans la vie commune*, Paris, Nathan.